“Uma parteira que fala, escreve e ensina”: trajetória e resistência epistêmica de Suely Carvalho

“A midwife who speaks, writes, and teaches”: the life journey and epistemic resistance of Suely Carvalho

Sandy Swamy Silva do Nascim
Universidade Federal da Bahia, Brasil
Salvador, BA
sandynascimento@ufba.br
https://orcid.org/0000-0002-6795-9166

Recebido em: 29 de março de 2026
Aceito em: 31 de julho de 2026

Resumo:

Este artigo analisa a trajetória da parteira tradicional Suely Carvalho para compreender como memória, transmissão de saberes e organização política se articulam na contemporaneidade. A partir do feminismo decolonial, examino a formação, legitimação e circulação dos conhecimentos das parteiras, considerando também as distinções produzidas nos espaços de organização e aprendizagem vinculados à sua atuação. A pesquisa, desenvolvida no doutoramento, é qualitativa e combina revisão de literatura, levantamento documental, análise de conteúdo e encontro online realizado em agosto de 2024. Os resultados indicam que o C.A.I.S. do Parto, a Rede Nacional de Parteiras Tradicionais e a Escola de Saberes, Cultura e Tradição Ancestral criados pela parteira, são espaços de reexistência epistêmica e formação de novas gerações. Ao mesmo tempo, a organização da escola em etapas e categorias de pertencimento produz hierarquias e coloca a questão de quem tem autoridade para definir o que é tradicional. Concluo que a trajetória de Suely articula ancestralidade, ativismo e uma pedagogia própria, e que a continuidade desses saberes depende tanto do que se transmite entre gerações quanto de formas contemporâneas de organização, de modo que a resistência epistêmica aparece como um processo atravessado por tensões, e não como um movimento exterior às instituições.

Palavras-chave: Parteira Tradicional. Feminismo Decolonial. Colonialidade do Saber. Suely Carvalho. Transmissão Intergeracional.

Abstract:

This article analyzes the career of traditional midwife Suely Carvalho to understand how memory, the transmission of knowledge, and political organization intersect in the contemporary world. Drawing on decolonial feminism, I examine the formation, legitimization, and circulation of midwives' knowledge, while also considering the distinctions that arise in the spaces of organization and learning associated with their practice. The research, conducted as part of a doctoral dissertation, is qualitative and combines a literature review, documentary survey, content analysis, and an online meeting held in August 2024. The results indicate that the C.A.I.S. do Parto, the National Network of Traditional Midwives, and the School of Knowledge, Culture, and Ancestral Tradition—all created by the midwife—are spaces for epistemic re-existence and the training of new generations. At the same time, the school's organization into stages and categories of membership produces hierarchies and raises the question of who has the authority to define what is traditional. I conclude that Suely's trajectory intertwines ancestry, activism, and her own pedagogy, and that the continuity of this knowledge depends as much on what is transmitted across generations as on contemporary forms of organization, such that epistemic resistance appears as a process marked by tensions, rather than as a movement external to institutions.

Keywords: Traditional Midwife. Decolonial Feminism. Coloniality of Knowledge. Suely Carvalho. Intergenerational Transmission.

Introdução

O ofício das parteiras tradicionais no Brasil constitui uma prática histórica de cuidado, fundamentada por conhecimentos construídos na experiência, oralidade e na transmissão entre gerações. Esses saberes envolvem formas próprias de compreender o corpo, a gestação, o nascimento, o pós-parto e as relações entre pessoas, território, natureza e comunidade. Sua permanência ocorre em meio às transformações produzidas pela institucionalização da assistência ao parto e pela crescente centralidade dos conhecimentos biomédicos (IPHAN, 2021). É nesse cenário que se insere a trajetória da parteira tradicional Suely Carvalho, cuja atuação ultrapassa o acompanhamento de partos e se estende à formação de outras mulheres.

Suely Carvalho ocupa uma posição particular no campo das parteiras tradicionais do Brasil. Sua trajetória reúne a experiência com parteira, a participação em movimentos sociais e sanitários, a criação do C.A.I.S do Parto (Centro Ativo de Integração do Ser), em conjunto com outras mulheres, a fundação da Escola de Saberes, Cultura e Tradição Ancestral (ESCTA), e a articulação da Rede Nacional de Parteiras do Brasil. A referência pública que construiu não deve ser confundida com uma representação consensual de todas as parteiras, mas permite investigar como experiência, organização e reconhecimento se articulam.

A atuação da parteira tradicional também alcança espaços internacionais e processos de formação de parteiras e doulas. O conjunto dessas experiências mostra uma passagem de relações assentadas sobretudo na convivência e na oralidade para espaços nos quais os conhecimentos são também ensinados, registrados, apresentados publicamente e organizados por estruturas próprias.

Minha aproximação com essa trajetória não se deu, inicialmente, por meio de um contato direto com Suely Carvalho. Ela surgiu no decorrer do doutorado, a partir de uma investigação sobre transmissão intergeracional de saberes das parteiras tradicionais. Na disciplina Teorias Feministas II, analisei o podcast *Madrinhas e Comadres*[1], produzido por Laura Franco e Yasmin Ferraz com apoio da Lei Aldir Blanc. O episódio narra a história de Carol, uma pernambucana com raízes baianas que aprendeu o ofício com Suely Carvalho. O diálogo chamou minha atenção para uma rede de transmissão que articulava mulheres de diferentes gerações e territórios. A partir desse momento,

[1] Ouça aqui: https://open.spotify.com/show/1BRXYoF9Gn94BDRqD8L7fk?si=f379dee42fa04cc2.

comecei a buscar mais informações sobre a Suely, seu percurso público e as suas organizações.

Além disso, a minha relação com o tema também está pautada no fato de ser mulher parda, doutoranda, pesquisadora do ofício das parteiras tradicionais há mais de dez anos e ter relação pessoal com a temática, pois venho de uma linhagem familiar de parteiras tradicionais, entre elas uma tia-bisavó. Sou ainda comunicadora social, formação que atravessa a maneira que observo os processos de produção e registros das narrativas.

Assumir essa posição é importante porque a pesquisa não foi realizada a partir de um lugar externo ao campo investigado. A trajetória acadêmica e familiar descrita interferiu nas formas de aproximação, nas questões que formulei e, mais adiante, na própria relação estabelecida com Suely Carvalho. Pautada em uma epistemologia feminista, tomo o conhecimento situado (Haraway, 1995) como referência teórica e como princípio de reflexão sobre as condições a partir das quais escrevo esta análise. Retomo essa posição na seção 3.6, onde analiso a minha apresentação no encontro com Suely.

A busca inicial por informações sobre Suely revelou uma questão que se tornou central para este artigo. Embora seu nome apareça em diferentes referências, trabalhos acadêmicos, reportagens, entrevistas e materiais relacionados à humanização do parto e às parteiras tradicionais, são poucos os estudos que tomam sua trajetória como objetivo específico de análise. Entre os materiais localizados, os trabalhos de Thayane Nascimento (2018b) e Ana Lucia Tófoli (2020) apresentam informações aprofundadas sobre sua história e processos de formação vinculados à ESCTA.

A questão não se resume a quantidade de informações disponíveis sobre uma determinada parteira. O que importa é como uma trajetória individual passa a ocupar uma posição de referência coletiva e como, nesse movimento, determinadas formas de autoridade sobre conhecimento das parteiras tradicionais são reconhecidas. Examino, portanto, o que ocorre quando experiências, memórias e práticas transmitidas entre gerações passam a ser organizadas, nomeadas e ensinadas por instituições criadas no próprio campo.

É a partir desse problema que este artigo pergunta: como a trajetória de Suely Carvalho participa da produção, da transmissão e da legitimação dos saberes das parteiras tradicionais na contemporaneidade? O objetivo é analisar sua trajetória da

parteira como campo de produção de memória e transmissão intergeracional de saberes diante à colonialidade do conhecimento. Para isso, examino os modos pelos quais sua trajetória é apresentada e registrada, as organizações e formações vinculadas à sua atuação e as categorias utilizadas para definir posições de aprendizagem e pertencimento.

O estudo integra a minha investigação de doutorado no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero, Mulheres e Feminismo na Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). A pesquisa documental e bibliográfica foi desenvolvida ao longo de oito meses, entre outubro de 2023 e julho de 2024. Como o material empírico inclui também um encontro online realizado em agosto de 2024, esse momento é identificado separadamente, não como parte do intervalo inicial do levantamento.

A busca realizada em 10 de outubro de 2023 no Google Acadêmico, com os descritores "Suely Carvalho" e "parteira", identificou 750 resultados. Após leitura de títulos e resumos, 19 textos mencionavam diretamente Suely Carvalho. Com a aplicação dos critérios de exclusão, 13 materiais compuseram o *corpus* analítico. Também consultei em sites institucionais, jornais, entrevistas, vídeos e plataformas digitais, utilizando também os termos "Suely Carvalho", "ESCTA", "C.A.I.S do Parto" e "Rede Nacional de Parteiras".

Os materiais foram organizados em um quadro analítico contendo autoria, título, ano, periódico, local de publicação, metodologia, área de conhecimento, palavras-chave, objetivos, forma de referência à Suely Carvalho, existência e período de entrevistas, fichamento analítico, observações e referência completa. A leitura desse conjunto de dados foi orientada pela Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), somada à leitura qualitativa dos documentos e materiais audiovisuais.

Por fim, participei como observadora de um encontro *online* com Suely Carvalho, realizado em agosto de 2024, no qual pude acompanhar a interação entre a mestra e participantes vinculados ou interessados nas atividades da ESCTA. O encontro não foi gravado. O registro que tenho são anotações minhas, feita durante e depois da atividade, nas quais apontei sobretudo impressões sobre as formas de apresentação, reconhecimento, pertencimento e sobre a minha própria inserção no debate. Por isso, as passagens que descrevem o encontro devem ser lidas como percepções situadas, e não como transcrição. Apresentei-me ao grupo como pesquisadora e jornalista, como relato

adiante, e as demais participantes não são identificadas neste texto. Minha condição de investigadora com vínculo familiar declarado com o universo das parteiras tradicionais integra, portanto, a própria produção dos dados.

O feminismo decolonial constitui a perspectiva teórico-analítica que orienta a investigação. A abordagem decorre do interesse em examinar como as relações históricas de poder interferem nos critérios de reconhecimentos dos sujeitos envolvidos. Aa autoras como Maria Lugones (2008), Ochy Curiel (2019) e Yuderkys Espinosa Miñoso (2020) discutem as relações entre gênero, raça, colonialidade e produção de conhecimento, oferecendo instrumentos para analisar o ofício das parteiras tradicionais sem reduzi-las à sobrevivência de uma prática do passado.

O artigo está organizado em quatro partes. Nesta introdução apresento o problema, a posição de onde escrevo e os procedimentos da pesquisa. Na seção 2, apresento o feminismo decolonial como lente para analisar a produção e a hierarquização dos saberes relacionados à partería tradicional. A seção 3 tem seis subdivisões. Nas duas primeiras reconstruo aspectos da trajetória de Suely e de sua atuação no movimento de parteiras e discuto ancestralidade e legitimidade; na terceira trato das disputas em torno da humanização do parto; na quarta e quinta analiso a ESCTA, sua pedagogia e a atualização da ideia de tradição; na sexta retomo o encontro "1° Passo do Caminho" como situação etnográfica para discutir autoridade, pertencimento e custo. A seção 4 reúne as considerações finais.

A trajetória de Suely Carvalho constitui, assim, uma entrada para compreender processos mais amplos relacionados à transmissão dos saberes das parteiras tradicionais. A proposta não é tomar sua trajetória como representação de todas as parteiras, mas analisar, a partir de sua experiência e das relações construídas em torno dela, como um conhecimento historicamente transmitido entre gerações é reorganizado no presente.

2. Feminismo decolonial como lente analítica da partería tradicional

Diante do exposto, assumo o feminismo decolonial como referencial teórico e epistemológica para analisar a trajetória de Suely Carvalho e as formas de reconhecimento dos saberes das parteiras tradicionais. A perspectiva orienta a leitura das fontes e a atenção aos critérios que definem quais sujeitos podem falar, ensinar e ocupar espaços.

Nesse viés, feminismo decolonial contribui para afastar uma leitura da parteira tradicional como figura restrita ao passado ou vinculada apenas a territórios sem assistência médica do Estado. Ao adotá-la, assumo as parteiras como sujeito histórico situado em relações marcadas pela colonialidade do poder, do saber e do gênero (Lugones, 2008; Curiel, 2019).

A contribuição de Maria Lugones (2008) é fundamental para uma análise atenta às mulheres racializadas e colonizadas. Ao discutir a constituição colonial das relações de gênero, a autora mostra que as formas modernas de classificação e hierarquização dos sujeitos estão articuladas às relações raciais e coloniais. Essa contribuição é importante a este estudo porque articulo que os saberes das parteiras não foram desvalorizados apenas por sua origem popular ou pela transmissão oral, pois a própria definição de quais conhecimentos podem ocupar lugar de saber legítimo foi historicamente atravessada por relações de poder.

O feminismo decolonial também se constrói a partir das críticas produzidas por mulheres negras, indígenas, de cor, lésbicas e outros sujeitos que questionaram os limites de um feminismo apresentado como universal. Nesse percurso, Miñoso (2020: 4) situa essa trajetória em diálogo com o "feminismo negro, do feminismo de cor, do feminismo pós-colonial, mas também do feminismo materialista francês e do feminismo pós-estruturalista". A autora sintetiza esse problema ao afirmar:

> À medida que algumas de nós, feministas, sobretudo aquelas de ascendência africana e indígena, temos aprofundado a análise das condições históricas originárias de uma organização social que sustenta estruturas hierárquicas de opressão e dominação que não se explicam apenas pelo gênero, vamos topando com os muros espessos de contenção levantados por aqueles que efetivamente gozam das prerrogativas de privilégio dentro da ficção de universalidade inclusiva do movimento feminista (Miñoso, 2020: 5).

A crítica de Miñoso à universalidade quando relacionada "as parteiras" possibilita analisá-las como sujeito não homogêneo, pois categorias como geração, território, trajetória, formas de aprendizagem e vínculos institucionais produzem posições distintas entre mulheres que exercem ou se reconhecem no ofício. A categoria "parteira tradicional" tampouco é tomada como uma identidade uniforme e sem disputas internas.

A perspectiva decolonial permite ainda examinar as transformações ocorridas na assistência ao parto. A medicalização e a institucionalização do nascimento alteraram as práticas de cuidado e os critérios utilizados para definir quais conhecimentos são científicos, profissionais ou legítimos. Nesse contexto, saberes produzidos por mulheres, comunidades indígenas e populações negras, transmitidos pela oralidade, foram colocados em posição assimétrica diante do conhecimento biomédico institucionalizado.

O debate, nesse viés, não consiste em afirmar que os saberes das parteiras não tenham sido sistematizados, e sim perguntar quais formas de sistematização são reconhecidas como conhecimento legítimo. Jardim (2018) contribui para essa discussão ao problematizar a redução dos conhecimentos tradicionais à experiência imediata e ao mostrar a existência de acúmulo, combinação e transmissão de conhecimentos entre gerações.

O feminismo decolonial orienta, portanto, uma leitura que considera as desigualdades raciais, sociais e territoriais presentes na definição do conhecimento legitimo e tira as parteiras da posição exclusiva de objeto de pesquisa. Assim, a análise da trajetória de Suely Carvalho não parte de uma idealização da tradição nem de sua oposição automática à biomedicina.

3. Análise e discussões

A trajetória de Suely Carvalho aparece de maneira recorrente na literatura consultada, embora raramente como objeto central de pesquisas. Os trabalhos localizados a mencionam em discussões sobre formação de parteiras, humanização do parto, ancestralidade, espiritualidade e políticas públicas. Poucos examinam a relação entre sua trajetória e a constituição de espaços próprios de transmissão dos saberes das parteiras tradicionais.

Neste artigo, a trajetória é tomada como entrada para examinar formas contemporâneas de autoridade, pertencimento e legitimidade em torno da categoria “parteira tradicional”. O foco recai sobre as relações que aparecem quando conhecimentos tradicionais, oralidade, ancestralidade, escrita, formação institucional, reconhecimento externo e representação coletiva se encontram.

3.1 Suely Carvalho como referência do movimento de parteiras tradicionais

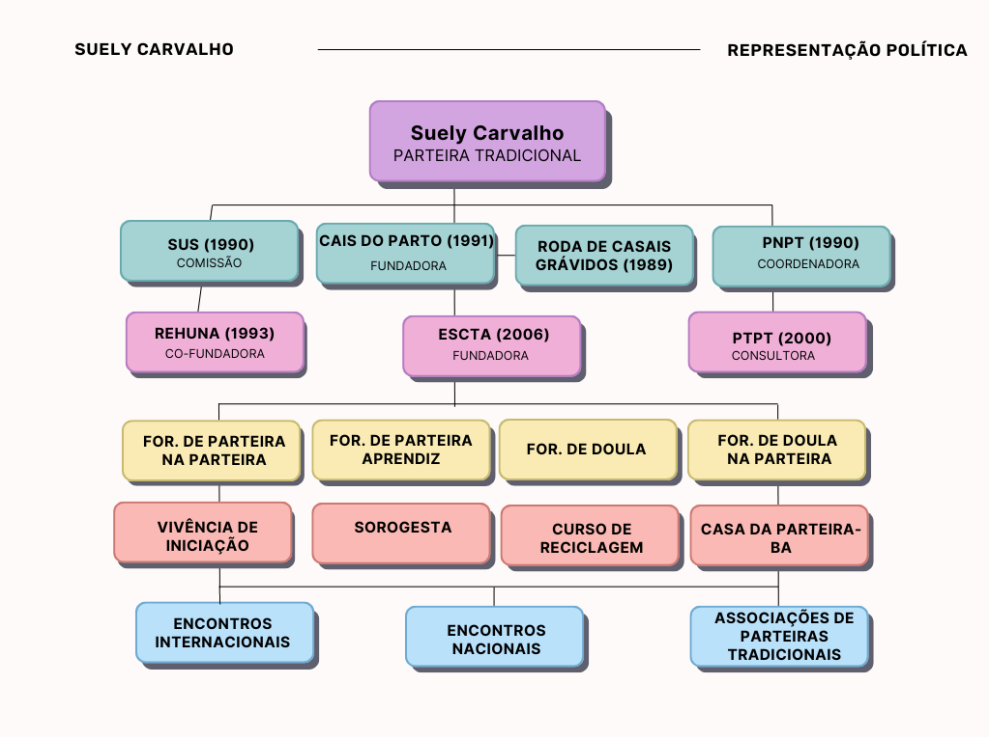
Suely Carvalho se autodefine como mestra da partería tradicional, rezadeira, curandeira xamânica e leitora de auras. Nascida no Paraná, viveu 25 anos em Olinda (PE) antes de se estabelecer em Taperoá (BA). Sua formação ocorreu na convivência direta com parteiras tradicionais do Nordeste, acompanhando partos na zona rural durante sete anos:

> Passei sete anos acompanhando elas nos partos, na zona rural, para entender como elas conduziam esses partos utilizando apenas os quatros elementos da Pachamama e a medicina da natureza, as plantas medicinais, aprendi com elas as rezas, aprendi com elas, os patuás, os banhos, as massagens, enfim, a identificar os sinais do bebé. A ouvir o bebê sem ter um equipamento sofisticado, saber exatamente a posição que está o bebê, sem ter visto isso no ultrassom (Canal do C.A.I.S do Parto no Youtube, 2015 *online*).

O relato apresenta uma formação fundada na convivência prolongada com parteiras, na observação dos partos e na aprendizagem prática. Entre os conhecimentos mencionados está a identificação da posição fetal sem o recurso do ultrassom. Assim, a aprendizagem descrita não começa pela separação entre teoria e prática, pois o conhecimento é adquirido no próprio acompanhamento dos partos e na convivência com mulheres reconhecidas como detentoras desses saberes.

A atuação posterior de Suely ampliou as escalas de organização desses conhecimentos. O C.A.I.S. do Parto, criado em 1991 e registrado no Conselho Nacional de Assistência Social, constitui uma das primeiras iniciativas institucionais associadas à sua trajetória que busca contribuir para a valorização das parteiras tradicionais. Em 1996, foi criada a Rede Nacional de Parteiras, durante o I Encontro de Parteiras Tradicionais, em Nova Jerusalém, Pernambuco. Em 2006, surgiu a Escola de Saberes, Cultura e Tradição Ancestral (ESCTA), reunindo diferentes guardiões da tradição, entre eles benzedeiras, raizeiras, pajés e lideranças religiosas. Essa história pode ser visualizada no organograma a seguir, elaborado a partir das informações reunidas durante a pesquisa:

Figura 1: Representação política da mestra Suely



Fonte: autora do texto (2024).

O organograma reúne algumas das principais atividades e ações associadas à trajetória de Suely Carvalho. A passagem de relações familiares e comunitárias para organizações, encontros e redes altera as condições de transmissão. Compreendo que os conhecimentos repassados na ESCTA, continuam vinculados à oralidade e à experiência, mas passam também a ser ensinados, registrados, apresentados publicamente e articulados por estruturas organizacionais.

Suely também participou do movimento sanitarista e da Rede pela Humanização do Parto (REHUNA), além de atuar junto ao governo federal no Programa Nacional de Parteiras Tradicionais (PNPT). Segundo Suely (2024, *informação verbal*) durante sua atuação no programa percorreu diferentes regiões do país para localizar e cadastrar parteiras tradicionais. O levantamento resultou na identificação de aproximadamente 60 mil mulheres, número que permanece como referência para a dimensão desse universo, embora necessite de atualização.

A mestra atuou ainda no Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais (PTPT), contribuindo para a organização associativa das parteiras. Nesse processo, esteve envolvida na constituição de mais de 50 associações em diferentes estados

(Suely, 2024, *informação verbal*). Sua atuação alcançou, assim, diferentes níveis, desde o acompanhamento de parteiras em seus territórios até a organização associativa, a interlocução com políticas públicas e a participação em espaços nacionais e internacionais.

Entre as iniciativas que antecedem a criação da ESCTA está a "roda de casais grávidos", criada em 1989. Suely descreve que "as rodas de casais grávidos acontecem toda terça-feira [...]. É um espaço político, de escuta e amor. É o nosso lugar para fazer revolução [...] (Canal Escta-Cais no YouTube, 2020 *online*). A roda leva a discussão gestação e nascimento para um espaço coletivo, no qual também se articulam a espiritualidade e à organização comunitária.

Entre as formações posteriormente desenvolvidas estão as de sorogestas[2], doula na tradição, parteira aprendiz e "parteira na tradição", além de vivências e atividades de reciclagem com parteiras tradicionais mais velhas. Outra movimentação de sua trajetória, está em curso, é a transferência da Casa da Parteira de Taperoá, na Bahia, para Pium, no Rio Grande do Norte. A mudança fortalece os espaços institucionais associados ao trabalho desenvolvido ao longo de sua vida.

Os trabalhos localizados na revisão também reconhecem essa atuação. Martins, Silva e Abreu (2016) situam Suely no movimento das parteiras tradicionais e destacam sua participação na Rede Nacional de Parteiras:

> Na essência, a parteira vem de um chamado sagrado das mulheres cuja ancestralidade está ligada a essa prática redentora. Como bem sabemos, no Brasil, estamos enraizados na cultura indígena e na cultura africana, de onde vem todo saber das parteiras brasileiras. A Rede Nacional de Parteiras Tradicionais, foi criada em 1996, no âmbito da ONG CAIS do parto, durante o 1º Encontro de Parteiras Tradicionais, em Nova Jerusalém, Pernambuco. Coordenada por Suely Carvalho, essa ONG reúne as parteiras em torno das seguintes diretrizes: facilitar a troca de experiências, interligar as parteiras tradicionais, estimular o processo educativo e a organização de classe em associações para lutar pelo reconhecimento e regulamentação do ofício (Martins; Silva; Abreu, 2016: 3).

[2] É uma formação que reúne saberes ampliados da curandeira com o uso de agulhas, acupuntura, medição de pressão e temperatura, uma espécie de curandeira expandida (Suely, 2025 *informação verbal*).

O trecho associa ancestralidade e organização coletiva, a primeira aparece como fundamento da continuidade do conhecimento e a segunda, como forma de articulação política, formação e reivindicação de reconhecimento. Nesse estudo, a legitimidade do ofício não depende da experiência individual, mas também das relações de transmissão e dos espaços coletivos construídos pelas próprias parteiras.

As autoras associam ainda Suely aos movimentos sociais conduzidos por parteiras e doulas e à valorização do parto como experiência vinculada à natureza. Descrevem essas ações como "uma resistência dentro dos grandes centros urbanos que não pode ter sua voz calada" (Martins; Silva; Abreu, 2016: 4). Deste modo, a atuação da parteira não se restringe a comunidades rurais ou afastadas dos centros institucionais, ela também se desenvolve em cidades, organizações, políticas públicas e redes nas quais a assistência biomédica ao parto está presente.

A participação de Suely em eventos nacionais e internacionais amplia os espaços nos quais sua fala é apresentada. Entre essas experiências sua participação na 1ª Cúpula Mundial de Parteiras Tradicionais, realizada em Cali, Colômbia, em 2023, e sua atuação como representante das parteiras tradicionais brasileiras junto à Aliança Continental de Parteiras Tradicionais e Indígenas. Nessa condição, Suely esteve presente nas três últimas edições do Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas, realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York.

Em relação a representação, Suely afirma: "não sou dona das parteiras, fui convidada para representá-las" (Carvalho, 2024, *informação verbal*). A formulação recusa a ideia de propriedade individual sobre um conhecimento coletivo, mas também explicita uma posição em que representar implica falar, circular institucionalmente, participar de eventos, dialogar com governos, pesquisadores e movimentos sociais e, em certas ocasiões, apresentar-se como porta-voz das parteiras.

A argumentação que emerge não é simplesmente se Suely representa ou não as parteiras, mas observar como uma posição de representação é construída. Sua trajetória lhe confere condições específicas de acesso e fala, ao mesmo tempo em que a própria parteira apresenta essa posição como decorrente de uma representação coletiva. A autoridade, nesse caso, aparece vinculada tanto à experiência acumulada quanto às relações e instituições que passaram a integrar sua história.

Outro elemento encontrado por Martins, Silva e Abreu (2016) é a afirmação de Marcely Carvalho (*in memoriam)* de que nenhuma parteira pode garantir um parto

natural. A informação é relevante porque reconhece a possibilidade de encaminhamento hospitalar e não estabelece uma oposição necessária entre parto domiciliar e assistência hospitalar, que é consenso entre as parteiras tradicionais. O dossiê do IPHAN (2021), que fundamentou o reconhecimento do ofício, os saberes e as práticas das parteiras tradicionais do Brasil, como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil[3], aprovado pelo Conselho Consultivo do órgão em maio de 2024, também registra relações entre o trabalho das parteiras tradicionais e os serviços de saúde.

A declaração também mostra que o conhecimento mobilizado pelas parteiras envolve avaliação das condições da gestante e do parto e tomada de decisões diante de situações concretas. Nesse aspecto, está em jogo também quem pode acompanhar a mulher, participar das decisões e ter seu saber reconhecido diante de diferentes instituições. Porém, conforme Nascimento (2018b), quando a parteira chega ao hospital ela sofre retaliação e muitas vezes é impedida de acessar o local.

A trajetória de Suely evidencia, portanto, a criação de espaços próprios de formação, fala e representação. Esses espaços aumentam sua presença pública e, simultaneamente, organizam posições distintas entre as mulheres que participam deles. É a partir desse ponto que a análise pode avançar para os critérios de formação e pertencimento estabelecidos pela ESCTA.

3.2 Ancestralidade, espiritualidade e produção de legitimidade

A relação entre ancestralidade, espiritualidade e transmissão de saberes aparece de maneira recorrente nos dados analisado. No livro *Mestras do Nascer: Parteiras Indígenas Pankararu*, fruto de uma pesquisa realizada entre 2015 e 2016, em Pernambuco, Helena Tenderini (2020), utiliza uma narrativa que articula experiência pessoal, maternidade e formação na tradição para apresentar as trajetórias das parteiras Pankararu. A autora também descreve sua relação com Suely Carvalho, que atravessa sua própria experiência.

Helena teve três gestações acompanhadas por parteiras tradicionais do Cais do Parto. Durante sua quarta gravidez, ela participou de uma formação como doula na tradição, ministrada por parteiras tradicionais de vários estados e coordenada por Suely. Sobre esse fato, escreve:

[3] Leia mais em: https://revista.unifsa.com.br/index.php/fsa/article/view/2774/491493990

> conhecia a todo instante mulheres guerreiras, parteiras, indígenas de força e fé! Que carregavam a chama da luz em seus corações, em suas palavras e em suas histórias! Voltei para Pernambuco com a poesia das mãos dessas parteiras, apalpando meu coração e crescendo em meu ventre junto com meu filho (Tenderini, 2020: 8).

A formação é narrada por meio de categorias como força, fé, ancestralidade e espiritualidade, produzindo uma compreensão do conhecimento das parteiras que ultrapassa a dimensão estritamente técnica. As mulheres que participam desse processo aparecem como portadoras de uma memória e de uma experiência que se incorporam à própria trajetória de quem aprende. A mesma relação aparece na descrição de sua participação no IX Congresso de Parteiras Tradicionais, realizado dois meses após sua formação:

> no mangue de Igarassu, lugar do encontro das águas do rio com o mar. Como o Velho Chico e o Atlântico, como o sertão e o litoral. Aquelas águas da maré do litoral norte se movimentavam e dali veio a permissão, a licença para parir este projeto. Saí do congresso para poucos dias depois, parir meu filho caçula em novembro de 2013. Junto com ele, também nasceu o *Mestras do Nascer* (Tenderini, 2020: 8).

A imagem utilizada pela autora associa o encontro à ideia de passagem, nascimento e continuidade. O congresso é um evento de participação institucional, mas também uma experiência que adquire significado na constituição de sua própria trajetória. A escolha das águas como metáfora reforça a relação estabelecida entre território, natureza, maternidade e transmissão.

A legitimidade, nesse universo, não se reduz a certificações formais ou ao domínio de conhecimentos reconhecidos pelas instituições biomédicas. Ela também se relaciona à participação em redes, à experiência compartilhada, ao reconhecimento entre mulheres e às referências mobilizadas sobre ancestralidade e espiritualidade. Essa lógica aparece no texto de Suely Carvalho publicado na obra de Tenderini, no qual apresenta sua própria trajetória a partir de uma genealogia de parteiras:

> Sou Parteira Tradicional há 42 anos, sou herdeira das minhas três bisavós que eram parteiras tradicionais. Bisavó Joaquina do Espírito Santo, negra misturada com branco, foi a parteira mais importante desde 1864 até 1951, em toda uma região do norte do Paraná e sul de São Paulo. Minha bisavó

> Madalena Santos que era parteira indígena Guarani, nômade, que não teve registro de nascimento e seu filho Uriá, meu avô materno, me contava as histórias de suas andanças e dos partos da sua mãe e os que sua mãe ajudava pelo caminho. Minha bisavó paterna Eliane Pereira que era caiçara nativa da Ilha das Peças no Paraná. Depois minhas avós Ernestina Carvalho e Maria Espírito Santo dos Santos. Sabemos lidar com o parto e nascimento naturalmente respeitando o Sagrado Feminino a natureza feminina e entendemos o nascimento como o momento da encarnação, quando o espírito encarna. Para nós, parteiras, isso é sagrado (Carvalho, 2017: 14)

Suely aparece vinculada a uma linhagem ancestral contínua. Em seus relatos públicos, constrói uma genealógica que conecta sua prática às bisavós e avós de origens diversas, descritas por ela como negra, indígena guarani e caiçara. A memória familiar privada é apresentada como fundamento de sua identidade como parteira tradicional, que diante de públicos urbanos, acadêmicos e internacionais, a evocação detalhada dessas antepassadas pode funcionar como uma credencial de autoridade que não depende de validação estatal ou biomédica. Há nisso um ato político, ao nomeá-las e situá-las em tempos e territórios, Suely inscreve o ofício em uma história contada em primeira pessoa. Esse gesto é também uma forma de produzir pertencimento, e retorno a ele em 3.6 ao analisar a minha apresentação no encontro.

Nascimento (2018a) contribui para compreender esse processo, pois ao reivindicar a tradição e evocar suas ancestrais não implica necessariamente que a Suely recusa a contemporaneidade ou sua formação acadêmica. A tradição por não ser estática no tempo pode ser atualizada, não sem eliminar as tensões, conforme as realidades ou por meio de escolas, redes, encontros e formações, e é justamente essa combinação que será examinada nas seções seguintes.

3.3 A disputa da humanização do parto institucional

A relação entre parteiras tradicionais e os movimentos de humanização do parto constitui outro eixo da trajetória de Suely Carvalho. No artigo *Dos rituais às ervas: revisando o ofício de partejar*, Gabriela Natal e Barbara Sinibaldi (2021) discutem a medicina enquanto campo de saber técnico-científico, mobilizando as contribuições de Michel Foucault sobre biopolítica e de Ivan Illich sobre iatrogênese. As autoras também

abordam a valorização dos saberes das parteiras tradicionais como uma possibilidade de reconhecimento da autonomia feminina.

Suely é mencionada a partir de entrevistas disponíveis no *YouTube* e no site do Cais do Parto. As pesquisadoras ressaltam a importância da relação com a natureza, o sagrado feminino, a espiritualidade, da Mãe Terra e do uso de ervas durante a gestação. Além disso, expõem brevemente a diferença entre parteira tradicional e parteira na tradição. Conforme as autoras, a primeira recebe o saber por meio da oralidade e de suas ancestrais, enquanto a segunda recebe o conhecimento como uma parteira aprendiz. A categoria será retomada na discussão sobre a ESCTA.

Já Felipe Pereira (2017), ao analisar a construção das políticas de humanização do parto, argumenta que esse processo ocorreu de cima para baixo, sem protagonismo das parteiras tradicionais. Sua contribuição redireciona a discussão para os próprios movimentos que reivindicaram mudanças na assistência obstétrica. Pereira também relata um encontro com Suely Carvalho, ocorrido em novembro de 2016, durante a Conferência Internacional sobre Humanização do Parto e do Nascimento. O autor a apresenta como fundadora de diversas organizações e como possível "maior representação nacional da parteira tradicional no Brasil" (Pereira, 2017: 5). A formulação é do pesquisador e deve ser lida como tal, sobretudo porque o presente artigo não pretende estabelecer uma hierarquia entre representantes das parteiras.

Outro aspecto registrado por Pereira diz respeito à participação de Suely em uma sala secundária durante a Conferência Internacional de Humanização do Parto, enquanto palestrantes internacionais e médicos ocupavam posições de maior destaque. O episódio pode ser lido como uma assimetria de visibilidade dentro de um espaço que também se apresentava como crítico à medicalização do parto. O dado é relevante porque mostra que a disputa por reconhecimento não se estabelece apenas entre parteiras e instituições biomédicas. Ela também pode aparecer dentro de movimentos que compartilham algumas de suas críticas à assistência obstétrica.

O relato de Pereira (2017) visibiliza a distribuída em espaços de debate institucional. O fato descrito sugere uma assimetria nas posições de fala durante a conferência, inclusive em locais comprometidos com a humanização do parto. Sendo assim, mesmo em um ambiente de crítica a biomédica, aparentemente, Suely tem que negociar a sua presença.

Além disso, o pesquisador afirma que, na ocasião, Suely relatou que participou da fundação da REHUNA, mas ao observar os rumos que o movimento tomou, ela se afastou. Ademais, foi contundente ao afirmar: "nós, parteiras, nos retiramos do movimento pela Humanização do Parto" (Pereira, 2017: 6). Nesse aspecto, a afirmação precisa ser situada como fala de Suely registrada por Pereira e não como representação automaticamente a todas as parteiras tradicionais. O pronome "nós" produz uma representação coletiva que merece análise. Portanto, fica o questionamento: quem são as "parteiras" reunidas nessa formulação? Que experiências de participação estão sendo condensadas nesse enunciado? O *corpus* deste artigo não responde, mas reconheço que a representação coletiva é parte da disputa.

Ao retomar uma leitura feminista decolonial, essa questão dialoga com a perspectiva que não toma sujeitos coletivos como homogêneos. "As parteiras" reúnem mulheres com trajetórias, territórios, gerações e diversas realidades. O afastamento da REHUNA deve ser apresentado como uma decisão relatada por Suely e registrada por Pereira (2017). Os dados não esclarecem o que motivou esse afastamento, entretanto, pergunto: como as relações entre parteiras, profissionais de saúde e organizações de humanização foram negociadas e quais divergências atravessas esses espaços?

Pereira (2017: 6) apresenta ainda a manifestação de uma interlocutora que expressou desconforto com o espaço concedido a Suely e comentou sobre a maneira como profissionais de saúde a percebiam: "muitos a veem como algo do passado: uma figura que era necessária antes de alcançarmos o patamar técnico e científico da biomedicina. E agora, nos tempos modernos, somos gratos pelo trabalho e assumimos daqui em diante". O trecho explicita uma concepção temporalidade na qual a parteira pertence a um momento anterior e a biomédico ocupa o lugar do presente e do futuro. Assim, a argumentação estabelece uma hierarquia entre conhecimentos por meio de uma sequência histórica linear, que contrasta com os trabalhos analisados neste artigo, nos quais as parteiras tradicionais as parteiras aparecem em atividade e em organização no presente.

Além disso, a trajetória de Suely, assim como de dezenas de mulheres, mostra a continuidade da atuação das parteiras em contextos contemporâneos, incluindo processos de formação, organização política, participação em redes nacionais e internacional. A permanência dessas práticas não significa, entretanto, que elas tenham permanecido idênticas ao longo do tempo. Ao contrário, a própria criação de

organizações, escolas e redes demonstra que esses saberes são continuamente reorganizados para responder às condições do presente.

A conferência e as situações descritas por Pereira, somado à fala de Suely sobre o afastamento da REHUNA, remete a uma discussão mais ampla sobre alianças e rupturas entre movimentos sociais, feminismos acadêmicos e saberes tradicionais. Nos casos relatados, a proximidade de pautas, como a crítica à medicalização do parto, não garantiu às parteiras um lugar equivalente: Suely ocupou uma sala secundária, e uma interlocutora registrou que a veem como figura do passado. Essa observação também me implica, pois escrevo a partir de um programa de estudos feministas e do lugar de pesquisadora. Ao falar sobre parteiras tradicionais, situo-me como "*outsider within"* ou "forasteira de dentro" (Colins, 2016), em relação ao ofício. Essa é uma das posições que, segundo Nascimento (2018b), Suely recusa quando crítica as "hierarquias da fala", uma vez que investigadores podem pretender falar pelas parteiras tradicionais.

O tema retorna, portanto, com outro viés, pois se em 3.1 a fala de Suely, "não sou dona das parteiras, fui convidada para representá-las" (Carvalho, 2024, *informação verbal*), permitiu discutir a produção de uma posição de representação, o episódio analisado por Pereira (2017) mostra que essa posição também é produzida em relação a outros atores e espaços. A autoridade para falar pelas parteiras não existe somente no interior do movimento tradicional. Ela também é negociada quando essas mulheres entram em espaços de saúde, humanização, academia e políticas públicas.

3.4 ESCTA, metodologia e hierarquização dos saberes

Entre os trabalhos localizados na revisão, sete não se aprofundam nas ações de Suely Carvalho. Rattner, Santos, Lessa e Diniz (2010), ao discutirem a ReHuNa; Costa (2013), em estudo sobre as parteiras tradicionais de Santo Antônio do Descoberto; Ancin (2018), em pesquisa sobre as parteiras anciãs do Rio Grande do Sul; Gonsalves (2018), em etnografia sobre práticas religiosas e terapêuticas relacionadas à gestação e ao parto; Nascimento (2018a), em estudo sobre parteiras tradicionais de Santana; Boyer (2006), sobre o movimento das parteiras tradicionais no Amapá; e Silva (2017), sobre saúde no campo, mencionam Suely, suas iniciativas ou processos de formação, mas não têm como objeto a organização pedagógica da ESCTA ou os critérios internos de pertencimento à escola.

Dois trabalhos, entretanto, oferecem elementos mais detalhados para compreender esse processo: a tese de Thayane Nascimento (2018b), *Das cosmologias de partos/nascimentos: um estudo sobre saberes relacionados às concepções de parteira contemporânea*, e a tese de Ana Lucia Tófoli (2020), *Faz tempo que disseram que não era mais pra pegar menino nos matos: narrativas de partos entre indígenas Tapeba e Tremembé no Ceará*. Nascimento dedica parte de sua análise ao C.A.I.S. do Parto, à ESCTA e às formas de formação das parteiras e doulas. Tófoli, por sua vez, apresenta relatos de sua própria participação em processos formativos conduzidos por Suely.

Nascimento (2018b: 61) caracteriza Suely como alguém que "é uma parteira tradicional que fala, escreve e ensina. Ela transitou de uma formação escolar/formal, como enfermeira, para a posição de 'madrinha', um lugar que pode ser visto como uma menção honrosa na lógica do ensinamento, ao ensinar outra". A pesquisadora também descreve que a mestra já auxiliou em mais de 5 mil partos e relata que, em sua participação no X Congresso de Parteiras Tradicionais, em Olinda-Recife, ela se mostrou preocupada em desmistificar a imagem das parteiras como mulheres leigas:

> Essa quebra de proposta pela postura de Suely pode instigar-nos a questionar os lugares de poder que, tanto historicamente quanto na contemporaneidade, ainda estereotipam as mulheres, permitindo sua dominação e impedindo-lhes o acesso aos lugares que querem e devem ocupar (Nascimento, 2018b: 61).

A interpretação de Nascimento situa Suely em disputa política e epistemológica sobre o lugar das parteiras. No entanto, a própria pesquisadora registra que teve dificuldade de acesso à interlocutora. Segundo ela:

> Essa postura, embora compreensível no campo dos embates políticos e epistemológicos, dificultou a aproximação dessa pesquisadora à personagem em questão, obrigando-me muitas vezes a contar, para a descrição aqui realizada, apenas com os textos e posicionamentos estabelecidos publicamente no blog institucional e em suas apresentações (Nascimento, 2018b: 60).

O trecho demonstra como são constituídas as próprias condições de produção do conhecimento sobre Suely. Ela não aparece somente como fonte de informações

reunidas pela pesquisadora. Sua posição interfere na maneira como sua trajetória pode ser acessada, descrita e interpretada. As limitações encontradas por Nascimento também revelam que parte dos processos formativos da ESCTA não está disponível em documentos públicos. A autora explica:

> A metodologia adotada pela Escola só é informada às aprendizes, e não há documentos escritos publicados que possam ser utilizados como fontes de pesquisa. As informações utilizadas nessa investigação são aquelas provenientes de comentários realizados por Suely Carvalho, em entrevistas e publicações em jornais, e na observação junto à Roda Flor da Vida, de Porto Alegre. Sabe-se, por esses meios, que os módulos são fechados, e que os processos de preparação são muito intensos ao longo de cada um destes módulos. As integrantes da Escola ao longo de sua formação são chamadas de aprendizes e só serão consideradas completamente preparadas quando puderem ser responsáveis por conduzir um parto sem estar junto à outra parteira experiente. Os módulos realizados pelas aprendizes de parteira acontecem em tempo integral, em espaços isolados e contam com temas específicos, reforçando a noção de preparação gradual. Essa organização também permite diferenciar claramente as "aprendizes" de parteira e de doula, das parteiras e doulas na tradição, demarcando os lugares ocupados nas hierarquias de saber na Escola (Nascimento, 2018b: 70-71).

A descrição mostra uma organização gradual da aprendizagem. Existem etapas, posições distintas e critérios para passagem de uma categoria a outra. Os módulos dos cursos são fechados e a preparação é acompanhada até que a aprendiz seja considerada apta a conduzir um parto sem a presença de uma parteira experiente. É nesse contexto que a categoria "na tradição" ganha importância. Na descrição de Nascimento (2018b), as aprendizes ocupam posição diferente das parteiras e doulas "na tradição". A escola, portanto, transmite conhecimentos, nomeia posições e estabelece critérios pelos quais as participantes são reconhecidas.

Há aqui uma tensão evidente, pois de um lado, Suely recusa as "hierarquias da fala" e se posiciona contra quem fala pelas parteiras (Nascimento, 2018b), e de outro, a escola que ela lidera organiza os saberes em posições ordenadas, com módulos, metodologia reservada às aprendizes e critérios de passagem de uma categoria a outra. Ou seja, o discurso de ruptura com hierarquias convive com a criação de outras, e que estas também definem quem pode falar e ensinar.

Surge, assim, outra questão importante: o que ocorre quando um saber historicamente transmitido por relações familiares, comunitárias e de convivência passa a ser organizado por uma escola que estabelece categorias próprias de formação e pertencimento? A ESCTA cria um espaço de continuidade dos saberes tradicionais, mas, ao fazê-lo, também precisa distinguir quem ensina, quem aprende e quem alcança determinado posição de sua estrutura, como descreve Nascimento:

> Na lógica adotada por essa mestra e por essa Escola as denominações de parteira tradicional e "na tradição" buscam garantir simbolicamente as referências de sucessão e a origem do conhecimento. A saber: que existem as parteiras vistas como anciãs, parteiras mais velhas, que são as tradicionais e foram formadas no interior da ancestralidade acima mencionada, como seria o caso de Suely Carvalho e de sua filha Marcely Carvalho, e as parteiras formadas pela ESCTA, que estariam na tradição. Além dessas denominações existem ainda aquelas parteiras tidas como leigas, que atuam sem estarem vinculadas à Escola. Essas diferenciações permitem observar tanto o esforço de reconhecimento quanto a atenção às responsabilidades e posturas que correspondem à Escola (Nascimento, 2018b, p. 71).

A categoria "leiga" acrescenta outro elemento. Na descrição de Nascimento (2018b), o termo aparece associado às parteiras que não estão vinculadas à ESCTA, embora a autora também registre que Suely buscava desmistificar a representação das parteiras como leigas. Não se pode, a partir disso, afirmar que todas as parteiras externas à Escola sejam assim classificadas. O dado confirma que a filiação institucional participa da classificação de determinadas posições. Assim, pergunto: e quem pode dizer que uma mulher é ou não uma parteira tradicional? A comunidade que reconhece seu trabalho? A transmissão familiar? A própria parteira? Uma instituição formadora? O Estado?

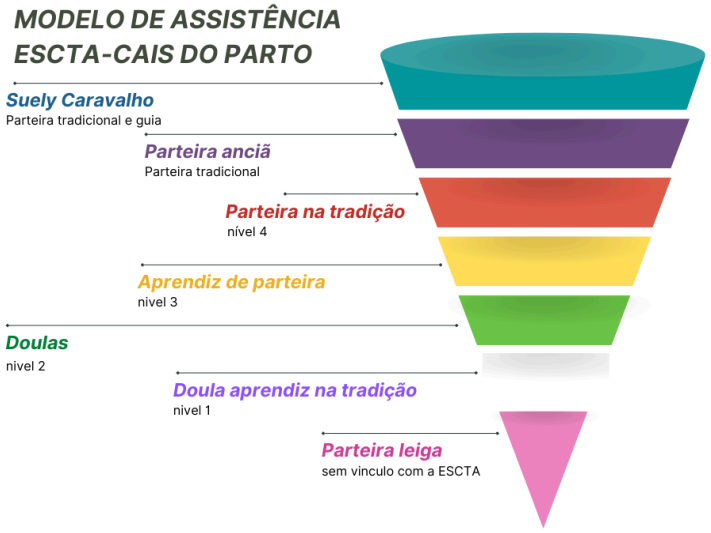
A discussão de Fredrik Barth (1998) sobre fronteiras sociais pode ser utilizada aqui como recurso analítico, com a ressalva de que sua formulação se refere às fronteiras étnicas. O interesse da aproximação está na atenção às relações que mantêm distinções entre posições sociais. Aplicada aos estudos sobre a ESCTA, essa ideia sugere que "leiga" não descreve necessariamente ausência de conhecimento, porém o termo marca uma posição em relação à Escola.

As discussões até aqui, não autoriza concluir que a ESCTA retire a legitimidade das parteiras que estão fora de sua rede. Mas, contribui para identificar que toda instituição que organiza a transmissão de um saber também estabelece critérios de pertencimento. Por fim, não decido qual dessas formas de reconhecimento é legítima, busco compreender como essas categorias são produzidas, por quem são reconhecidas e que posições passam a ocupar dentro do campo de formação das parteiras.

3.5 Pedagogia, formação e atualização da tradição

A formação descrita nas fontes combina oralidade, espiritualidade, experiência, conhecimentos sobre o corpo e práticas relacionadas ao cuidado. Nascimento (2018b) assim como Tenderini (2020), mostra que a aprendizagem pela ESCTA envolve, para além da aquisição de técnicas, concepções de pessoa e responsabilidade sobre a vida da mãe e do bebê. Para visualizar essa estrutura, reuni na Figura 2, as posições descritas por Nascimento (2018b: 71). De acordo com a autora, a organização envolve "administração e representação política, em que estão a 'madrinha' Suely Carvalho e sua filha Marcely Carvalho (*in memoriam*); a seguir, pela ordem de atuação, as parteiras na tradição, as aprendizes de parteiras, as doulas e as doulas aprendizes na tradição".

Figura 2: Pirâmide de hierarquia na ESCTA



Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Com a figura não pretendo estabelecer uma classificação geral das parteiras tradicionais brasileiras. Trata-se de uma representação analítica da estrutura descrita nas fontes sobre a ESCTA. Nela, Suely aparece associada à administração e à representação política; abaixo, estão as posições relacionadas à formação e à atuação. As parteiras anciãs aparecem em relação específica com esse sistema, pois participam da transmissão dos conhecimentos, embora sua posição não se confunda necessariamente com as categorias formadas pela Escola. As parteiras classificadas como "leigas" aparecem fora da estrutura institucional, conforme a denominação apresentada por Nascimento.

A organização mostra que há diferentes fundamentos de autoridade. A parteira anciã possui uma posição relacionada à experiência e à transmissão oral; a aprendiz está em formação; a parteira "na tradição" ocupa uma posição reconhecida no percurso formativo; e Suely reúne funções de formação, representação e administração. A existência dessas posições não significa que a ESCTA tenha simplesmente transformado um saber oral em uma escola formal. O que ocorre é uma combinação entre formas anteriores de transmissão e recursos contemporâneos de formação, ou seja, é produzido uma pedagogia própria que envolve oralidade, imersão, acompanhamento, apostila, conhecimentos sobre fisiologia e anatomia, avaliação individual para partejar, que de acordo com Tófoli, 2020, depende da experiência prática posterior a formação, e não somente a conclusão.

O tema da atualização da tradição aparece de maneira explícita quando Suely afirma que São Paulo "já tinha perdido a tradição das parteiras" e, posteriormente, identifica novas parteiras tradicionais em Ubatuba, Campinas e na capital paulista (Carvalho, 2009). A afirmação é relevante porque mostra que, em seu próprio discurso, a categoria "tradicional" não depende apenas da continuidade biográfica de uma linhagem familiar. Ela pode ser reconhecida em mulheres formadas em contextos contemporâneos. Isso contrasta com a ênfase na genealogia discutida em 3.2, em que a ancestralidade é um fundamento de autoridade para Suely, mas não uma condição para que outras mulheres sejam reconhecidas como parteiras tradicionais.

Hobsbawm e Ranger (1983) ajudam a pensar esse tipo de reorganização ao mostrarem que tradições podem ser formalizadas, selecionadas e apresentadas em novas condições históricas. A ideia de "invenção", proposta pelos autores, não precisa ser entendida aqui como falsificação ou criação arbitrária, ela permite abordar como

práticas e referências do passado são reorganizadas para responder às circunstâncias atuais.

Por sua vez, Sahlins (1981) oferece elementos para compreender a relação entre continuidade e transformação. Ele afirma que a permanência de uma tradição não exige que suas formas sejam idênticas. No caso analisado, a própria fala de Suely sobre São Paulo evidencia uma mudança no modo como a categoria é reconhecida. Primeiro, ela identifica uma perda da tradição; depois, reconhece novas mulheres como parteiras tradicionais.

Em conjunto, as abordagens dos autores chamam atenção para a situação em que formalizar um saber transmitido oralmente envolve escolhas e neste processo, consequentemente, seleção, tradução e exclusão. O que não anula o valor político da iniciativa, mas ela não pode ser lida apenas como resistência. A escola preserva e, ao mesmo tempo, redefine o que conta como tradicional, como mostra a fala sobre São Paulo, e define também quem fica de fora dessa definição, como sugere a categoria "leiga".

A formação oferecida pela ESCTA torna essa atualização ainda mais visível. Tófoli (2020), que participou diretamente de atividades formativas conduzidas por Suely, descreve o "Curso de Formação de Doulas na Tradição":

> Soube da realização do "Curso de Formação de Doulas na Tradição" conduzido pela Escola de Saberes, Cultura e Tradição Ancestrais (ESCTA), vinculada à ONG C.A.I.S. do Parto, com sede em Olinda-PE. O curso foi ministrado por Marcely e Marla Carvalho [filhas da Suely], teve duração de três dias e o conteúdo seguia os conhecimentos e práticas das parteiras tradicionais, privilegiava o ensinamento oral, ainda que incluísse no material do curso uma apostila, e levava em conta as experiências individuais das participantes. Apresentou ainda aspectos fisiológicos do parto, técnicas de manobras e massagens que as doulas deveriam saber fazer para atuar com as parteiras formadas na tradição da ESCTA e em hospitais. Tratava-se, assim, de uma perspectiva de trabalho mais atrativa, tanto pelo conteúdo como pela metodologia proposta em relação à abordagem do médico acima relatada. A partir de então passei a atuar como doula, inicialmente de forma esporádica, e, nos últimos quatro anos, com maior regularidade (Tófoli, 2020: 29).

O relato explica que a formação não se opõe simplesmente ao conhecimento biomédico, pois incorpora alguns conteúdos fisiológicos e prepara as participantes para atuar tanto casa, clínicas e hospitais. Tófoli também descreve sua participação no curso de parteira aprendiz, iniciado em outubro de 2015:

> A formação de parteira é conduzida pela parteira tradicional Suely Carvalho e acontece em quatro módulos de imersão, com duração média de dez dias. Todo o conhecimento é passado oralmente e representa um processo que ultrapassa a simples aquisição de conhecimentos técnicos ou sobre a fisiologia do parto, anatomia e funções do corpo, que também são parte do curso. Concluí a formação em dezembro de 2016. Não sendo este um curso formal ou acadêmico, sua conclusão não corresponde a uma autorização para o partejar. Cada aluna é avaliada individualmente em relação à sua experiência, trajetória, maturidade, aptidões e disponibilidade. Na maioria dos casos, que inclui o meu, ao término do processo somos consideradas aprendizes de parteiras, necessitando ainda adquirir mais experiência prática acompanhando partos como assistente/doulas de parteiras mais experientes até obter a autorização para partejar (Tófoli, 2020: 29).

O estudo de Tófoli acrescenta que a formação proposta por Suely não reproduz o modelo acadêmico de certificação. A "afirmação" mencionada nos relatos ocupa um lugar diferente de um diploma acadêmico, pois funciona dentro de uma rede de reconhecimento construída pela própria Escola e pelas relações estabelecidas entre mestra, aprendizes e demais participantes. Sendo assim, a criação de uma escola tem uma forma própria de organizar a aprendizagem, que não é baseada no fato de transportar um conhecimento tradicional para uma estrutura escolar. Há uma metologia que combina referências ancestrais e recursos contemporâneos de ensino, com módulos, imersões, acompanhamento, avaliação e categorias específicas.

3.6 O "1º Passo do Caminho": autoridade, pertencimento e circulação

Passo agora à situação etnográfica mencionada na introdução. O meu encontro com Suely ocorreu nos dias 24 e 25 de agosto de 2024, pela plataforma *Zoom*, durante o "1º Passo do Caminho". O evento ocorreu das 10h às 13h e das 15h às 19h no primeiro dia e das 14h às 19h no segundo. Tratava-se de uma atividade de entrada na ESCTA,

vinculada à Rede Internacional C.A.I.S. do Parto. Participaram mulheres de diferentes estados brasileiros e também da Venezuela, Argentina, Colômbia, Estados Unidos, França e Itália.

Nas apresentações iniciais, cada participante dizia seu nome, cidade, relação com uma parteira e motivo para estar naquele espaço. Algumas mulheres que já integravam a rede se apresentavam como "aprendiz de parteira" ou "aprendiz da madrinha". Minha impressão foi a de que a apresentação produzia algo próximo de um rito de pertencimento. Registro essa formulação como percepção situada, e não como descrição objetiva do significado atribuído por todas as participantes. O que chamou minha atenção foi a distinção entre aquelas que chegavam naquele momento e aquelas que já possuíam uma trajetória na rede.

Aproximo essa cena da discussão de Van Gennep (1978) sobre os ritos de passagem, sobretudo pela presença de momentos de separação, liminaridade e agregação. Não afirmo que o "1º Passo do Caminho" seja, em sentido estrito, um rito de passagem. O debate serve para pensar a forma como o encontro retira temporariamente as participantes de seus contextos cotidianos, coloca-as em uma situação comum de aprendizagem e abre a possibilidade de ingresso em outras etapas.

Turner (1974) ao discutir a liminaridade e a communitas, também oferece uma chave de leitura para a situação. Durante a sessão, eu estava na condição de pesquisadora e jornalista que chegava para conhecer a Escola; outras participantes já eram aprendizes; algumas possuíam relações anteriores com Suely; outras estavam iniciando sua aproximação. Minha apresentação também interferiu nessa dinâmica. Disse meu nome, minha idade, que estava morando em Salvador, que pesquisava parteiras tradicionais desde a graduação e que possuía uma relação familiar com esse universo, mencionando minha tia-bisavó. Apresentei-me ainda como jornalista. Suely comentou sobre minha idade, sobre transformação espiritual e sobre o jornal do C.A.I.S. do Parto.

Esse momento tornou evidente que minha posição não era exterior ao campo. Minha trajetória de pesquisa, minha identificação como mulher parda, minha formação como jornalista e a relação familiar com o partejar participaram da maneira como fui situada naquele encontro. Cabe notas uma semelhança entre o meu gesto e o que analisei em 3.2. Ao mencionar a tia-avó, apresentei uma linhagem de parteiras como

forma de me situar diante do grupo, de modo parecido com o de Suely e outras participantes ao apresentar suas genealogias como fundamento de autoridade.

Nesse contexto, a ancestralidade funciona como modo de ser reconhecida. Isso indica que, além de estar observando o rito de pertencimento, eu também participando dele ao me apresentar. Essa proximidade não elimina a necessidade de estranhamento analítico. Ela exige atenção às formas pelas quais eu mesma fui reconhecida e às expectativas produzidas a partir da minha apresentação.

Outro aspecto observado durante o encontro foi a autoridade atribuída a Suely pelas participantes. Em determinado momento, ela afirmou que "o CAIS é marginal, não é do porto, mas é do parto" e apresentou a Escola como uma egrégora, associando a participação ao "chamado da alma". Em minhas anotações, registrei a impressão de que algumas participantes a investiam de uma autoridade que ultrapassava a dimensão pedagógica. Percebi que a maioria das participantes buscavam uma referência, um ponto de equilíbrio, quase como se procurassem uma "figura divina", capaz de guiar ou solucionar suas questões pessoais. A expressão "figura divina", utilizada inicialmente em minhas notas, deve ser compreendida como uma percepção minha diante da cena, e não como característica objetiva da mestra ou das participantes.

Dentre as falas que me impactaram estão as que Suely afirma que sua trajetória a coloca naturalmente nesse lugar de destaque, e como venho discutindo, isso pode realmente acontecer, e talvez seja a "justificativa" para que ela tenha alcançado tantos lugares que para mim são inimagináveis, mas admiráveis. No entanto, ao final do encontro, me senti apreensiva e observei que estar na presença de Suely provoca sensações inexplicáveis; talvez nos próximos encontros presenciais eu consiga decifrar o que isso significa.

A discussão de Weber (2004) sobre dominação tradicional, carismática e legal-racional é uma referência para pensar essa autoridade sem reduzi-la a uma única forma. Há elementos relacionados à pessoa de Suely, ao reconhecimento de suas qualidades e de sua trajetória, mas também existem funções administrativas, categorias de formação e estruturas organizacionais.

No caso, há uma transformação de uma autoridade pessoal em formas mais estáveis de organização. Sendo assim, a ESCTA depende da presença de Suely como mestra, mas também existe uma estrutura de formação, categorias de pertencimento e funções administrativas. A presença de Marcely Carvalho, (*in memoriam*) apresentada

por Nascimento (2018b) junto a Suely, na administração da escola e o fato de Marcely e Marla, terem ministrado o curso de doulas descrito por Tófoli (2020), indicam que a continuidade da escola se apoia também em vínculos familiares.

Outro ponto que merece ser considerado é o custo de participação nas formações. O "1º Passo do Caminho" tinha taxa de R$150,00, enquanto os módulos da formação de aprendiz tinham valores em torno de R$3.000,00, conforme as informações reunidas na pesquisa. Esses valores introduzem uma dimensão material no processo de pertencimento. Diante disso, não é possível afirmar, com os estudos disponíveis, que mulheres sem condições de pagamento estejam necessariamente impedidas de alcançar a posição de "na tradição". Mas, os valores mostram que o acesso às etapas formativas também possui uma dimensão econômica e de classe, que se soma aos critérios simbólicos de reconhecimento.

A formação abrange ainda outros países. Suely relatou que Colômbia e México estiveram entre os primeiros países de expansão da ESCTA. Sobre o México, mencionou aproximações com escolas de parteiras indígenas e, simultaneamente, "tensões e divisões de saberes". A fala sugere que a expansão internacional não corresponde a uma reprodução automática da proposta, pois encontra outros regimes de autoridade, cosmologias e formas de transmissão.

O que acontece com a categoria "tradição" quando ela circula entre territórios e sistemas de conhecimento distintos? O encontro reuniu mulheres de seis países além do Brasil, o que indica que a escola opera em escala internacional. A discussão de Piscitelli (2005) são úteis para lembrar que ideias e práticas mudam de sentido ao atravessar contextos.

Identifico, a partir do debate, a existência de negociação e diferença, mas os textos não possibilitam reconstruir em profundidade as relações estabelecidas entre a ESCTA e as escolas indígenas mexicanas. O dado é utilizado aqui como indicação de que a circulação internacional envolve tradução e negociação. Também cabe perguntar, se nesse trânsito, a tradição tende a ser simplificada em categorias que viajam com facilidade, como "parteiras na tradição", ou se a escola se adapta aos contextos locais.

A criação da ESCTA, assim, oferece um espaço próprio para a transmissão de conhecimentos que historicamente ocuparam posição marginal diante das instituições biomédicas e acadêmicas. Ao mesmo tempo, a Escola organiza percursos de aprendizagem, categorias de pertencimento e formas de reconhecimento. A

continuidade da tradição aparece, portanto, vinculada tanto à memória e à ancestralidade quanto à capacidade de reorganizar suas formas de transmissão.

Na análise não pretendi decidir qual tradição é mais autêntica. Busquei acompanhar como a categoria "tradicional" é definida, transmitida e reconhecida em diferentes relações. Na trajetória de Suely Carvalho, continuidade e reorganização aparecem ao fato de que preservar determinados referenciais exige também criar formas contemporâneas para ensiná-los, reconhecê-los e fazê-los chegar a novas mulheres.

Considerações finais

Este artigo analisou a trajetória de Suely Carvalho para compreender como sua atuação participa da produção, transmissão e legitimação dos saberes das parteiras tradicionais na contemporaneidade. O percurso examinado mostra que sua posição foi construída na articulação entre experiência prática, narrativas de ancestralidade, participação em movimentos sociais e criação de organizações. Porém, esses elementos não demostram que sua autoridade seja reconhecida de maneira uniforme por todas as parteiras ou organizações.

A análise também mostrou que autoridade e representação são construídas em relações. Suely ocupa uma posição diferenciada no campo das parteiras tradicionais, mas essa posição não equivale à propriedade individual sobre seus conhecimentos. Sua afirmação de que foi convidada a representar as parteiras constitui uma formulação de sua própria posição e deve ser compreendida em relação às trajetórias, redes, interlocuções e contextos específicos.

A ESCTA acrescenta outra dimensão ao problema, pois ao organizar a formação de parteiras e doulas, a Escola mantém referências ligadas à oralidade, à experiência, à ancestralidade e à espiritualidade, mas incorpora módulos, acompanhamento, avaliação, conhecimentos sobre anatomia e fisiologia e categorias específicas de aprendizagem. Nesse sentido, a transmissão, repassada pela ONG, deixa de ocorrer exclusivamente nos espaços familiares e comunitários e passa a contar também com uma estrutura institucional própria

As categorias "aprendiz", "na tradição", "doula" e "leiga", tal como aparecem nas fontes analisadas, mostram que a formação também produz distinções. Esses termos não são equivalentes: "aprendiz" indica uma etapa de formação; "na tradição" designa

uma posição reconhecida no percurso descrito pelas fontes; “doula” nomeia outra modalidade de atuação; e “leiga” aparece em determinados registros como classificação atribuída a mulheres situadas fora de percursos formativos específicos. O que não significa que todas as mulheres externas à ESCTA sejam consideradas leigas, nem que sejam inferiores às demais. Porém, avaliei que esses termos distribuem posições distintas de conhecimento, reconhecimento e pertencimento no contexto estudado.

O “1º Passo do Caminho” acrescentou à análise uma situação na qual pertencimento e autoridade puderam ser observados em interação. As formas de apresentação, as denominações utilizadas pelas participantes, a posição atribuída a quem já integrava a rede e a maneira como minha própria trajetória foi recebida mostraram que o pertencimento também é produzido em situações concretas. Minha posição como mulher parda, pesquisadora das parteiras tradicionais, jornalista e descendente de uma linhagem familiar relacionada ao partejar interferiu na maneira como fui situada naquele encontro.

A trajetória de Suely, portanto, não deve ser tomada como retrato do conjunto das parteiras tradicionais brasileiras. Seu percurso oferece uma entrada específica para observar como memória, ancestralidade, formação, autoridade e representação se articulam em um campo marcado por diferentes formas de reconhecimento. O caso que analisei mostra que a continuidade dos saberes das parteiras envolve tanto a preservação de referências transmitidas entre gerações quanto a criação de novas formas de aprendizagem e organização.

Permanecem abertas questões que ultrapassam o *corpus* deste artigo, especialmente as experiências de mulheres que não participam das redes e formações da ESCTA, as diferenças entre formas de reconhecimento construídas em distintos territórios e gerações e as relações estabelecidas entre os saberes das parteiras, os serviços de saúde e as políticas públicas. Essas questões poderão ampliar a análise das diferentes maneiras pelas quais os conhecimentos das parteiras tradicionais permanecem, se transformam e adquirem reconhecimento no presente.

Referências

ANCIN, Jimena Sol. *As narrações ausentes das parteiras anciãs do rio grande do sul: um resgate emergente feito em coletivo*. 2018. Dissertação (mestrado)- Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, RS, 2018.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARTH, Fredrik. *Grupos étnicos e suas fronteiras*. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade. São Paulo: Editora UNESP, 1998. p. 187-227.

BOYER, Véronique. *O movimento das parteiras tradicionais no Amapá: Uma mobilização feminina exemplar e os limites do desenvolvimento local*. Nuevo Mundo *Mundos Nuevos,* Biblioteca dos Autores do Centro. 2006. Disponível em: http://journals.openedition.org/nuevomundo/1965. Acesso em: 26 fev. 2025.

CANAL ESCTA-CAIS. *3 partos na tradição*: *os elementos da tradição*. YouTube, 2015. 1 vídeo (6 min 27 s). Disponível em: https://youtu.be/f5jKdY03VrE. Acesso em: 30 out. 2023.

CARVALHO, Suely. II. *As parteiras tradicionais*. 2017. In: TENDERINI, Helena. Mestras do Nascer: Parteiras Indígenas Pankararu. Fiocruz. 2020. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:e2e8cf3a-c6e7-45ca-bafe-00616068bf4d. Acesso: 10 out. 2023.

CARVALHO, Suely. *Entrevista concedida ao Diário de Pernambuco*. YouTube, 13 nov. 2009. Disponível em: https://youtu.be/fAjp-SaOxBE?si=tte7lmR5GecAnJp5. Acesso em: 20 out. 2023.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006.

COSTA, Juliana Bernardes Ribeiro da. *Redes de solidariedade e migração interna*: *estudo de caso das parteiras tradicionais de Santo Antônio do Descoberto* – GO. 2013. 75 p. Monografia (Bacharelado em Geografia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CURIEL, Ochy. *Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial.* In: BALDUINO DE MELO, Paula *et al*. (orgs.). Descolonizar o feminismo. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 32-51, 2019.

ESPINOSA MIÑOSO, Yuderkys. *Sobre por que é necessário um feminismo decolonial*: *diferenciação, dominação co-constitutiva da modernidade ocidental*. Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand; MASP Afterall, p. 1-13. 2020.

GONSALVES, Mariana Pereira. *Mães do equilíbrio*: *prática religiosa e terapêutica em mulheres que [não] fazem uso da ayahuasca durante a gestação e parto em João Pessoa.* 2017. Dissertação (Mestrado em ciências da religião) Universidade Federal Da Paraíba. João Pessoa. 2017.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (org.). *The Invention of Tradition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

IPHAN- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Parteiras Tradicionais do Brasil*: *dossiê referente à Pesquisa dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil com vistas à instrução do Processo de Registro como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.* Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2021. 291 p. Disponível em: https://bcr.iphan.gov.br/documentos-do-process/dossie-de-registro-2/. Acesso em 21 de ago. 2026.

JARDIM, Renata Melo Melo. *Educação intercultural e o projeto encontro de saberes*: *do Giro decolonial ao efetivo giro epistêmico*. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília (UnB), Brasilia, 350 p. 2018.

LUGONES, María. *Colonialidad y Género: Hacia un feminismo descolonial*, In: Género y Descolonialidad. Mignolo, W. (org.). Buenos Aires: Del signo, 2008.

MARTINS, Ana Patrícia de Oliveira; SILVA, Aline Priscila Pereira da; ABREU, Marcia Maria Silva de. *Refletindo o papel da mulher*: *enquanto doula, parteira e gestante*. In: Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2., 2016. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2016/TRABALHO_EV060_MD4_SA13_ID1659_01092016123038.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

NASCIMENTO, Raysa Martins do. *Mãos mágicas*: *a prática do partejar a partir da experiência de parteiras tradicionais de Santana* – AP. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018a. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33628. Acesso em: 30 mar. 2024.

NASCIMENTO, Thayane Cazallas do. *Das cosmologias de partos/nascimentos*: *um estudo sobre saberes relacionados às concepções de parteria contemporânea*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018b.

NATAL, Gabriela Celina Barbosa; SINIBALDI, Barbara. *Dos rituais às ervas*: *revisando o ofício de partejar*. ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade, v. 11, n. 2, p. 190-201, 2021.

PEREIRA, Felipe Medeiros. *Saberes, tradições e ciência*: *políticas do parto e suas contradições*. In: Reunião de Antropologia da Saúde, 2., 2017., Brasília. p. 180-190. 2017.

PISCITELLI, Adriana. *As viagens das teorias no embate entre práticas acadêmicas, feminismos globais e ativismos locais*. In: MORAES, Maria Lygia Quartim de (org.). Gênero nas fronteiras do sul. Campinas: Pagu; UNICAMP, p. 143-163. 2005.

RATTNER, D.*et al,*. ReHuNa *A Rede pela Humanização do Parto e Nascimento*. Tempus actas de saúde coletiva, 4, 215-228. 2010.

SAHLINS, Marshall D. *Historical Metaphors and Mythical Realities*: *Structure in the Early History of the Sandwich Islands Kingdom*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1981.

SILVA, Camila Goes da. *Saúde do Campo no assentamento Tiradentes, em Mari, na Paraíba.* 2017. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

TENDERINI, Helena. *Mestras do Nascer: parteiras indígenas Pankararu*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. Disponível em: https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:VA6C2:e2e8cf3a-c6e7-45ca-bafe-00616068bf4d. Acesso em: 10 out. 2023.

TOFOLI, Ana Lucia de Farah. *"Faz tempo que disseram que não era mais pra pegar menino nos matos"*: *narrativas de partos entre indígenas Tapeba e Tremembé no Ceará*. 2020. Doutorado em Antropologia, PPGAS da UNICAMP. 2020.

TURNER, Victor W. *O processo ritual: estrutura e antiestrutur*a. Petrópolis: Vozes, 1974. Tradução de Nancy Campi de Castro.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*: e*studo sistemático dos ritos da porta e da soleira, da hospitalidade, da adoção, gravidez e parto, nascimento, infância, puberdade, iniciação, ordenação, coroação, noivado, casamento, funerais, estações etc*. Tradução de Mariano Ferreira; apresentação de Roberto da Matta. Petrópolis: Vozes, 1978.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*: *fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.